

Maciel admite demora nas reformas

Milton Michida/AE

Vice acha difícil concluir todas as modificações na Constituição antes do fim do mandato de FHC

CLÁUDIA BREDARIOLI

Enviada especial

FORTALEZA – O vice-presidente Marco Maciel admitiu ontem que as reformas constitucionais ainda pendentes (tributária, jurídica e política) podem não ser concluídas até o fim do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. “É possível concluir a reforma tributária e a jurídica também está encaminhada. Talvez o maior desafio sejam as mudanças políticas, porque terão um impacto muito grande para a vida social e para a própria economia, por definirem as regras do jogo da estabilidade”, disse.

Em discurso na reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), em Fortaleza, Maciel acrescentou que o governo já fez muitas reformas, com abertura da economia e quebra de monopólios. Ele não quis falar sobre a eleição presidencial



Maciel (D), ao lado de Arbilla: mudança política é o maior desafio

INCENTIVOS
DEVEM SER
MANTIDOS,
DIZ JADER

de 2002. “O tempo agora é o da administração, vai chegar o tempo da sucessão”, afirmou o vice, ao lado do presidente da SIP, Danilo Arbilla.

Maciel negou que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) vá ser extinta, explicando que na terça-feira o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, vai reunir-se com todos os governadores da região. “O governo deseja discutir essas questões e não houve nenhuma decisão do presidente, pelo que eu sei, para que se acabe com a Sudene. O

que se cogita é um processo de modernização da instituição.”

Sudam – Em Belém, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), disse que o novo modelo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) será “discutido com a bancada de deputados” da região. “Os incentivos devem ser mantidos, pois representam a melhor forma de desenvolver os Estados nortistas.”

O interventor da Sudam, José Diogo Cyrillo, assume o cargo hoje. Ele avisou que os servidores que estejam envolvidos em irregularidades serão demitidos, além de sofrer processo criminal. (Colaborou Carlos Mendes, especial para o Estado)